

Puxadão de secretário terá que ser demolido

Monique Renne/CB/D.A Press

» HELENA MADER

Nem mesmo o primeiro escalão do governo escapa da fiscalização contra o uso irregular de áreas públicas no DF. Uma academia de ginástica que pertence ao secretário de Esporte do GDE, Célio René, foi notificada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para retirar ocupações de áreas públicas. Se as estruturas não forem removidas, o instituto vai entrar com uma ação judicial contra o estabelecimento.

Os donos da Academia BBF, que fica em uma loja de esquina na comercial da 211 Sul, isolaram a passagem para pedestres com uma mureta e alguns aparelhos de ginástica ficam sobre a calçada. O Iphan notificou o empreendimento e deu prazo de 15 dias para a remoção das ocupações. O negócio tem como sócios os caratecas Altamiro Cruz e Célio René, que já foram campeões brasileiros e medalhistas em competições internacionais. Em janeiro do ano passado, Célio René assumiu o cargo de secretário de Esportes e, segundo sua assessoria de imprensa, está afastado da gestão da academia desde então. A assessoria do secretário informou ainda que as construções estão amparadas por uma liminar judicial e que Célio René é apenas cotista do empreendimento.

O sócio-diretor do empreendimento, Altamiro Cruz, diz que a academia já apresentou resposta ao Iphan. Ele explica que a mureta tem apenas 40 centímetros de comprimento e foi construída para ajudar a conter a água das chuvas. "Já tivemos vários problemas com a inundação do subsolo e muitas lojas têm instalações semelhantes por esse motivo. Toda a estrutura que ocupa atualmente o espaço é removida à noite, não existe nada fixo no local", explica Altamiro. "Além disso, temos como provar que a mureta já existia quando compramos a loja, em 1997. Não construímos nada, de qualquer forma essa é uma benfeitoria necessária", acrescentou Cruz.



Os donos do estabelecimento isolaram a passagem para pedestres com uma mureta: liminar garante ação

Empecilhos

Outra dificuldade dos comerciantes para regularizar os puxadinhos é o remanejamento das redes de esgoto e de energia elétrica. Para legalizar as ocupações, os empresários têm que fazer projetos para afastar canos e cabos dos edifícios, o que exige altos investimentos. Os comerciantes reclamam das dificuldades para encontrar empresas certificadas para fazer esse serviço.

O superintendente regional do Iphan, Alfredo Gastal, disse que o instituto notificou várias lojas e que a autuação da empresa não tem nenhuma conotação política. "Não sabia de quem era a academia e não sei sequer quem

é o secretário de Esportes do GDE. Fazemos inspeções periódicas e notificamos os comerciantes que estão desrespeitando a lei", explicou Gastal.

Decisão

Menos de três meses do fim do prazo para a regularização das ocupações de área pública no comércio da Asa Sul, os empresários ainda discutem na Justiça a validade da Lei dos Puxadinhos. Enquanto não houver uma decisão sobre o assunto, os lojistas estarão expostos às sanções previstas na legislação. O Iphan está notificando os ocupantes de lojas que avançam sobre o espaço público em desacordo com a lei. A ação em que a Associação Comercial do DF questiona a Lei dos Puxadinhos chegou a entrar em pauta ontem durante a reunião da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), mas a decisão final sobre o assunto acabou adiada para que os desembargadores analisem o tema com mais tempo. A entidade pediu que a Justiça avalie a possibilida-

de de regularizar os prédios comerciais sem a necessidade de obter a anuência de mais da metade dos empresários e também solicitou a retirada das multas previstas em lei.

Para o superintendente regional do Iphan, a reivindicação dos comerciantes para ampliar, pela quarta vez, o prazo para regularização dos puxadinhos é absurda. "A gente dá a mão e agora eles querem o braço. Discutimos esse assunto durante anos, agora é preciso resolver o problema. Não dá mais para pensar no desenvolvimento do comércio às custas do tombamento", acrescentou o superintendente do Iphan.

A Lei dos Puxadinhos autoriza apenas o uso de seis metros nos fundos. Dos 1,3 mil comerciantes da Asa Sul, cerca de 400 ocupam lojas de esquina e estão legalmente desamparados. A maioria delas é ocupada por restaurantes e bares, que usam espaço público nas laterais.

Outra reivindicação da Associação Comercial é uma solução para o problema das lojas que ocupam área pública na lateral dos edifícios.